



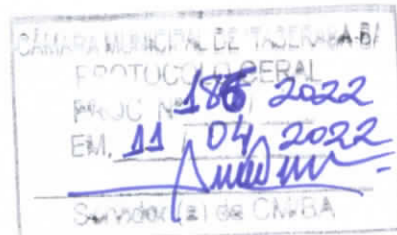
Câmara Municipal de Itaberaba

CGC 13.267.315/0001-41
ESTADO DA BAHIA

Ao

Exm.º Sr. Gerson Almeida de Jesus

DD. Presidente da Câmara Municipal de Itaberaba



INDICAÇÃO

O Vereador que o presente subscreve, requer de Vossa Excelência, após dar conhecimento ao plenário, que encaminhe ao Chefe do Poder Executivo Municipal a seguinte Indicação:

Realizar estudo de viabilidade no sentido de encaminhar a esta Casa Legislativa projeto de lei dispondo sobre a criação do programa municipal "Lar Público Para Idosos", objetivando proporcionar ao idoso acolhimento, abrigo durante o dia, cuidados, proteção e convivência adequada às suas necessidades, conforme minuta que segue anexo.

JUSTIFICATIVA

O programa ora reivindicado visa assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, conforme preconizam a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional do Idoso (PNI).

Anexo, segue minuta do Projeto.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2022.

Vereador JOSÉ ANTONIO SAMPAIO GOMES
"Dr. Ze Antonio"



MINUTA

PROJETO DE LEI Nº _____

DE 11 DE ABRIL DE 2022

Fica criado o programa no município de Itaberaba o programa "Lar Público Para Idosos", objetivando proporcionar ao idoso acolhimento, abrigo durante o dia, cuidados, proteção e convivência adequada às suas necessidades e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABERABA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º - Fica criado o programa "Lar Público Para Idosos" instituição sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Ação Social de Itaberaba - Bahia, que concederá atenção especial ao idoso na forma desta lei, objetivando proporcionar ao ancião acolhimento, abrigo durante o dia, cuidados, proteção e convivência adequada às suas necessidades.

§1º - A atenção especial de que trata o caput, compreenderá os seguintes requisitos:

I - atendimento a pessoas idosas a partir dos 60 (sessenta) anos de idade, em situação de vulnerabilidade ou risco social, semi-dependentes, para realização de atividades da vida diária, cujas famílias não tenham condições de prover estes cuidados durante o dia ou parte dele;

II - prevenção ao isolamento e institucionalização da pessoa idosa, promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares;

III - fortalecimento da rede de proteção e defesa do direito da pessoa idosa;

IV - atendimento de segunda a sexta, das 7 horas às 18.

Art. 2º - Terá prioridade a vaga no Lar Público Par Idosos, renda não ultrapasse 2 (dois) salários mínimos e esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o decreto 615, de 26 e junho de 2007, devendo ainda os familiares comprovarem que trabalham com quem deixar o ancião

Art. 3º - O disposto nesta Lei dar-se-á mediante.



Câmara Municipal de Itaberaba

CGC 13.267.315/0001-41
ESTADO DA BAHIA

I - a instalação de local apropriado para a convivência diurna de idosos, onde receberão abrigo, alimentação, cuidado específico e realização de atividades diversas;

II - celebração de convênios entre Governo Federal, Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Itaberaba-Bahia, visando a implantação Lar Público Para Idosos, de que trata esta Lei;

III - proporcionar serviços de clínica geral, fisioterapia, nutrição, assistência social, psicologia e outros serviços de saúde que se julgue necessário, dando preferência no atendimento aos profissionais de saúde efetivos ou contratados da administração pública;

IV- o idoso será recebido por sua própria iniciativa ou o idoso será recebido por sua própria iniciativa ou da família responsável, permanecendo período integral ou parcial, segundo a conveniência ou necessidade.

Art. 5º - A Administração Pública Municipal adotará medidas com vista, a firmar parceria público/privado, com Abrigo, Lar de idoso, Casa de Repouso e Asilo em atividade, sob a responsabilidade de particular, objetivando ampliar a oferta de vagas, além do Lar Público Para Idosos.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nesses espaços, o idoso terá à sua disposição atenção integral com alimentação, higiene pessoal, cultura e recreação, em um local apropriado. Nas referidas unidades, os anciãos contarão com os serviços de profissionais especializados, como nutricionista, professores de educação física e assistente social, e visita de profissionais de saúde. Tais atividades decorrerão de parcerias a serem celebradas entre os governos Federal e Estadual com o Município, como também com a iniciativa

A Lei n º 10.741, de 1 º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), no seu artigo 3º, estabelece que: "**É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte e, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar**". Portanto, cabe a nós, enquanto representantes deste Poder Legislativo, como o Prefeito na qualidade de Chefe do Poder Executivo Municipal, a família e a população, proporcionarmos condições humanas e dignas aos idosos hipossuficientes, sem condições físicas e/ou mental para cuidar-se.



Os anciãos requerem cuidados, cujas famílias, muitas vezes, não lhes podem oferecer. É cada vez mais comum a situação de idosos semi-dependentes permanecerem sozinhos enquanto filhos, netos e parentes são obrigados a deixar suas casas para trabalharem e estudarem, algumas vezes opta por abandonar seu emprego, estudo para cuidar do parente já velho. Há casos, que é o idoso abandonado por sua família, vivendo de maneira sub-humana.

Para que se estabeleça a devida proteção social à população idosa nessas situações e para que sejam evitados abrigamentos desnecessário desses idosos em espaços de proteção social especial de alta complexidade, devem ser fomentados serviços que supram a lacuna, que propiciem condições dignas e humanas, que minimizem o sofrimento dos nossos enfadados e cansados velhinhos, oferecendo atendimento humanitário familiar, valorizando a pessoa idosa, respeitando suas limitações, oportunizando o convívio familiar, ampliando à possibilidade de acesso a serviços e direitos e proporcionando-lhes melhores condições de vida.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2022.

Vereador JOSÉ ANTONIO SAMPAIO GOMES

“Dr. Zé Antonio”